

# Educação que dá certo – os fatores que constroem uma escola e sistema educacional de excelência

GUSTAVO IOSCHPE

Quando se debate o problema da educação no Brasil, geralmente as análises se restringem às questões relativas aos professores e à sala de aula. Entre-

tanto, pouco se considera que a escola é uma organização social complexa que precisa de liderança tanto quanto uma empresa ou instituição governamental. Quem deve exercer esse papel de organizador e indicador dos rumos a serem seguidos no âmbito escolar é o diretor da instituição de ensino. Esse profissional não pode se comportar como um burocrata e tem de entender que a eficaz gestão é fundamental para o sucesso de seu empreendimento.

O bom diretor de escola cria as condições necessárias para atrair a confiança dos pais dos alunos e procura ouvi-los, em vez de transformá-los em bodes expiatórios do fracasso da educação. Fatores como a organização administrativa, a limpeza do estabelecimento e a disciplina dos alunos são imprescindíveis para a construção do ambiente favorável à boa qualidade de ensino. Outro elemento responsável por resultados educacionais satisfatórios é a consistência do material didático empregado. Além de tudo isso, reconhece-se uma boa escola pelo comprometimento com a missão de oferecer um nível de educação ótimo para todos os alunos.

No que se refere à questão educacional brasileira, os problemas de deficiência de

qualidade se encontram em todas as etapas do ensino. Quando comparamos os dados estatísticos do Brasil com os de outros países, notamos uma diferença abissal. Para começar, 24% de nossas crianças repetem a 1ª série do ensino fundamental, índice semelhante ao do continente africano (na Europa e nos EUA, é próximo de zero; no Chile, 2,5%; na Índia, 4%; no México, 7%). Ademais, segundo estudo do INAF relativo a 2011, 74% dos brasileiros alfabetizados não conseguem entender um texto simples – número que se manteve inalterado desde 2001.

As enormes carências da educação no Brasil ficam evidentes quando analisamos os resultados do teste do PISA (Programa Internacional de Avaliação Estudantil), que compara dados de países selecionados. Em 2009, entre 65 nações avaliadas, a posição brasileira por campo de saber foi: em Matemática, 57º lugar; em Linguagem, 53º; em Ciências, 53º. Vale ressaltar que em todas essas medições o Brasil se colocou atrás de países como Chile, Uruguai, Rússia, China e México. Porém, a realidade mais chocante é que os 25% mais ricos entre os estudantes brasileiros apresentaram desempenho inferior aos 25% mais pobres dos países desenvolvidos.

Enquanto muitos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) rapidamente se aproximam

da massificação do nível educacional em pós-graduação, o Brasil se contenta com taxas sofríveis de comparecimento escolar. Em termos de alunos em idade para cursar a universidade, apenas 20% estão matriculados no nível superior. É tão gritante nossa defasagem em comparação até com países latino-americanos como Chile, México e Venezuela, que o cenário futuro de competição no campo econômico se mostra muito sombrio, uma vez que o Brasil terá de se defrontar com nações de elevadíssimo padrão educacional.

Tenho a firme convicção de que o campo do empreendedorismo em educação será o mais promissor do país nos próximos anos, devido à enorme demanda da sociedade pela formação de milhões de brasileiros para mudar nossa preocupante realidade. Mas, para isso, tanto o setor público quanto o privado terão de apresentar resultados muito mais satisfatórios. As soluções para os nossos problemas educacionais não são simples: temos que melhorar a qualidade sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental e evitar a enorme evasão de professores.

Ao contrário do que se propala, o Brasil não gasta pouco em educação. Com investimentos da ordem de 5% do PIB, o setor público despense montante semelhante ao de países da OCDE. Outro equívoco é acreditar que

TENHO A FIRME  
CONVICÇÃO DE  
QUE O CAMPO DO  
EMPREENDEDORISMO  
EM EDUCAÇÃO SERÁ  
O MAIS PROMISSOR  
DO PAÍS NOS  
PRÓXIMOS ANOS

o profissional de educação brasileiro seja mal remunerado: no fundamental, o salário médio do nosso professor corresponde a 1,56 vezes do PIB per capita nacional – enquanto a relação média nos países da OCDE é de 1,31 e na Argentina, 0,85. Ou seja, a chave do problema educacional brasileiro está no ensino eficientemente aplicado em sala de aula.

Todo projeto eficaz de escola é aquele que concorre para a melhoria da realidade do universo educacional

vivido pelo professor e seus alunos em sala de aula. Embora as inovadoras ferramentas tecnológicas sejam muito úteis, a experiência demonstra que fatores ligados à boa gestão são mais determinantes. Eis algumas medidas relevantes para as escolas: manter a infraestrutura em ordem; ter biblioteca e laboratórios; critério rigoroso no recrutamento de professores e alocação dos melhores profissionais nas áreas mais difíceis; programa de apoio constante aos professores; pagar bons salários e exigir assiduidade; menos burocracia e prestação de contas eficiente, etc.

Do ponto de vista das práticas de ensino, o que garante bom resultado ainda é a tradicional fórmula da competente aula e da cobrança do desempenho do aluno. Certas atividades permanecem tendo a eficiência de sempre, segundo as pesquisas: passar dever de casa, corrigir e fazer comentários; utilizar o máximo possível o tempo de aula, evitando desperdícios com atraso e término antecipado; avaliar constantemente os alunos; sempre utilizar o livro didático; o professor deve efetivamente conhecer a matéria que leciona; ser rigoroso ao atribuir notas; e demonstrar em sala de aula atitudes e crenças positivas.

Há vários fatores no âmbito da organização escolar que são considerados, segundo criteriosas pesquisas, estatisticamente insignificantes quanto à eficácia para o sucesso do desempenho educacional, tanto das instituições quanto dos alunos. Ainda que possa gerar certa polêmica, cito alguns itens cuja indispensabilidade carece de prova: computadores em sala de aula; cursos de treinamento de professores; formação em mestrado e doutorado para professores da educação básica; gasto elevado por aluno; diminuição do número de alunos em sala de aula; atuação de dois professores em sala de aula; e, no caso do setor público, remuneração elevada do professor.

**Gustavo Ioschpe é economista especializado em Educação**



